



DOI <https://doi.org/10.31639/rbpf.v17.i36.e872>

Recebimento em: 11/03/2025 | Aceite em: 31/07/2025

## ARTIGOS

# FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DA CIDADE

*Carolina de Queiroz Silva SOARES*

*Universidade Nove de Julho - UNINOVE*

*São Paulo, São Paulo – Brasil*

*carolqueiroz@yahoo.com.br*

<https://orcid.org/0000-0003-4452-9531> 

*Celso do Prado Ferraz de CARVALHO*

*Universidade Nove de Julho – UNINOVE*

*São Paulo, São Paulo – Brasil*

*cpfcarvalho@gmail.com*

<https://orcid.org/0000-0001-8703-8236> 

**RESUMO:** O objetivo do artigo é analisar a política de formação continuada oferecida aos professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) no contexto da implementação do Currículo da Cidade. A partir da revisão bibliográfica e documental, discutimos os desafios e tendências da formação docente, a legislação pertinente e as políticas públicas educacionais que orientam a prática pedagógica na RMESP. O estudo evidencia a importância da formação continuada como estratégia para a consolidação de um currículo alinhado às demandas contemporâneas, destacando os avanços e as lacunas no processo de implementação do Currículo da Cidade. Os resultados indicam que, para que a formação continuada seja transformadora, é fundamental garantir políticas públicas consistentes, integração entre áreas do conhecimento, espaços colaborativos de reflexão e equidade no acesso às oportunidades formativas, de modo a fortalecer o desenvolvimento profissional docente e promover uma educação mais inclusiva e alinhada às demandas contemporâneas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas educacionais. currículo da cidade. formação continuada e rede municipal de São Paulo.

# CONTINUING EDUCATION OF TEACHERS IN THE SÃO PAULO MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN THE CONTEXT OF THE IMPLEMENTATION OF THE CITY CURRICULUM

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyze the continuing education policy offered to teachers in the São Paulo Municipal Education Network (RMESP) within the context of implementing the *Currículo da Cidade*. Based on a bibliographic and documental review, we discuss the challenges and trends in teacher training, relevant legislation, and educational public policies that guide pedagogical practice in RMESP. The study highlights the importance of continuing education as a strategy to consolidate a curriculum aligned with contemporary demands, emphasizing the advances and gaps in the implementation process of the *Currículo da Cidade*. The results indicate that for continuing education to be transformative, it is essential to ensure consistent public policies, integration across knowledge areas, collaborative spaces for reflection, and equity in access to training opportunities, in order to strengthen professional development and promote a more inclusive education aligned with current demands.

**KEYWORDS:** Educational policies. city curriculum. Continuing education and São Paulo municipal network.

# FORMACIÓN CONTINUA DE LOS DOCENTES DE LA RED MUNICIPAL DE EDUCACIÓN DE SÃO PAULO EN EL CONTEXTO DE IMPLEMENTACIÓN DEL CURRÍCULO DE LA CIUDAD

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo es analizar la política de formación continua ofrecida a los docentes de la Red Municipal de Enseñanza de São Paulo (RMESP) en el contexto de la implementación del Currículo de la Ciudad. A partir de una revisión bibliográfica y documental, se discuten los desafíos y tendencias de la formación docente, la legislación pertinente y las políticas públicas educativas que orientan la práctica pedagógica en la RMESP. El estudio evidencia la importancia de la formación continua como estrategia para la consolidación de un currículo alineado con las demandas contemporáneas, destacando los avances y las lagunas en el proceso de implementación del Currículo de la Ciudad. Los resultados indican que, para que la formación continua sea transformadora, es fundamental garantizar políticas públicas consistentes, integración entre áreas del conocimiento, espacios colaborativos de reflexión y equidad en el acceso a las oportunidades formativas, con el fin de fortalecer el desarrollo profesional docente y promover una educación más inclusiva y alineada con las demandas actuales.

**PALABRAS-CLAVE:** Políticas educativas. currículo de la ciudad. formación continua y red municipal de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

Tema central nas discussões sobre políticas educacionais, a formação continuada de professores vivencia processos de constantes demandas em razão das transformações sociais, tecnológicas e econômicas em curso. Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP), a implementação do Currículo da Cidade, a partir de 2017, trouxe à tona a necessidade de repensar as práticas formativas dos docentes, visando alinhá-las às novas diretrizes curriculares e às demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Este artigo busca analisar como a formação continuada tem sido estruturada na RMESP, destacando os desafios e as perspectivas que permeiam esse processo.

Em diversos países, que ostentam grau de maior desenvolvimento econômico, o foco nas políticas educacionais tem se dado via investimentos, tecnologia e inovação, buscando preparar os docentes para os desafios de um mundo cada vez mais digital. Nos países com desenvolvimento menor, o foco tem sido outro, pois a urgência é garantir uma infraestrutura básica nas escolas e oferecer formação inicial sólida para os professores.

No caso do Brasil, a formação docente é vista como um pilar estratégico, pois não se trata apenas de melhorar a educação, mas de também impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país. Entende-se que um professor bem preparado não só transmite conhecimento, mas também contribui para transformar realidades, impactando diretamente a qualidade de vida de milhares de pessoas. É como dizem Nunes (2000) e Goergen (1998): investir na formação de professores é investir no futuro de toda uma nação.

Nunes (2000) destaca que as políticas públicas para a formação de professores emergem em consonância com o contexto socioeconômico e político dos países, buscando o avanço ou consolidação dos setores da economia, informatização, comunicação e industrialização. Nessa concepção, a educação é compreendida como um instrumento necessário para a recuperação econômica e o aprofundamento do capital, especialmente em países em desenvolvimento.

Goergen (1998) aponta que as nações que destinam mais recursos à educação obtêm resultados econômicos mais positivos, evidenciando a relação entre investimento em educação e desenvolvimento econômico, ou seja, as disparidades regionais e a falta de políticas públicas eficazes ainda representam desafios significativos para a consolidação de uma formação docente de qualidade no país.

Na RMESP, a implementação do Currículo da Cidade representou um marco importante na reestruturação curricular, alinhando-se às diretrizes da BNCC e buscando promover uma educação mais inclusiva e democrática. No entanto, a efetivação desse currículo depende, em grande medida, da formação continuada dos professores, que precisam ser capacitados para aplicar as novas diretrizes em suas práticas pedagógicas.

Desta forma, a formação continuada não se restringe apenas à atualização de conhecimentos, ela está envolvida em reflexões e críticas sobre a prática do professor, a construção de novas metodologias e a integração de saberes auxiliando assim para melhorar a qualidade do ensino como um todo.

Diante disso, este artigo pretende analisar o funcionamento da formação continuada de professores na RMESP, destacando avanços e lacunas no processo de implementação do Currículo da Cidade.

A pesquisa realizada possui abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contemplou o levantamento e a análise de produções acadêmicas de autores como Silva (2024), Oddone (2023) e Marcondes (2017), que discutem políticas de formação docente, implementação curricular e espaços de reflexão coletiva. Já a pesquisa documental envolveu o exame de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, como o Currículo da Cidade, materiais do Projeto Formação da Cidade, orientações pedagógicas e relatórios de implementação.

As dimensões de análise consideradas foram: (1) a organização e funcionamento das formações continuadas; (2) a integração das ações formativas e seu potencial interdisciplinar; (3) as condições para reflexão e compartilhamento de práticas; e (4) os impactos e desafios percebidos na implementação do currículo.

Além desta introdução, o artigo está organizado em cinco seções principais. A primeira seção, Formação de professores: desafios e tendências, apresenta o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre a formação continuada docente. Em seguida, a segunda seção, Legislação e políticas públicas para a formação continuada, aborda o marco legal e as políticas educacionais que orientam a formação de professores no contexto brasileiro e na RMESP. A terceira seção, A implementação do Currículo da Cidade e a formação continuada, descreve o processo de elaboração e os desafios da implementação do currículo municipal, enfatizando a articulação com a formação docente. A quarta seção, O projeto Formação da Cidade: avanços e limitações, traz a análise crítica do programa de formação continuada vinculado ao currículo, destacando suas potencialidades e fragilidades. Por fim, a quinta seção apresenta as Considerações finais, nas quais são apontadas as conclusões do estudo e sugeridos encaminhamentos para o fortalecimento das políticas de formação continuada na RMESP.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E TENDÊNCIAS**

A análise da literatura internacional e nacional, que embasa esta seção, contempla autores como Nóvoa (2024), Silva (2024), Oddone (2023), Marcondes (2017), entre outros, que discutem políticas educacionais e formação continuada de professores em diferentes contextos. Após essa análise, percebe-se que as tendências às vezes se aproximam em razão dos objetivos e interesses, e às vezes apresentam caminhos distintos, devido ao contexto histórico-político e social, à forma de governo, ao nível de desenvolvimento econômico e ao padrão educacional; o que também se reflete nos programas de formação de professores.

Para enriquecer a compreensão sobre os desafios e tendências na formação continuada de professores, é fundamental dialogar com a literatura que problematiza a relação entre políticas públicas e as condições concretas de trabalho docente. Tardif (2014) e Lima (2018), por exemplo, destacam que muitas vezes os programas de formação são formulados com distanciamento da realidade vivida pelos professores, gerando formações que pouco impactam a prática pedagógica cotidiana.

Além disso, Ferreira e Silva (2020) ressaltam que as desigualdades socioeconômicas e regionais no Brasil influenciam diretamente o acesso e a qualidade da formação docente, dificultando a universalização de processos formativos eficazes. Essas disparidades impõem desafios para a implementação de políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, equitativas e contextualizadas.

No cenário internacional, autores como Nóvoa (2024) e organizações como a OECD (2021) indicam uma crescente digitalização dos processos formativos, com a incorporação de metodologias híbridas e o uso

intensivo de tecnologias educacionais. Entretanto, tais inovações exigem investimento em infraestrutura e capacitação tecnológica dos professores, o que nem sempre é contemplado nas políticas vigentes.

Freitas (2019) apresenta críticas contundentes acerca da superficialidade observada em muitas formações continuadas, que se caracterizam por uma lógica meramente instrumental, focada na transmissão de conteúdos e sem promover uma reflexão crítica que transforme a prática docente.

Por fim, a formação de professores é entendida como um processo contínuo de construção identitária e desenvolvimento profissional, que deve articular teoria e prática em um diálogo constante, como enfatizam Schön (2017) e Perrenoud (1999). Esse enfoque valoriza a reflexão sobre a prática e o compartilhamento coletivo, elementos essenciais para a superação dos desafios atuais e para a efetividade das políticas formativas.

Esse conjunto de perspectivas enriquece a análise dos processos de formação continuada e sinaliza caminhos para políticas públicas mais alinhadas às necessidades reais dos professores e das escolas.

Esses são alguns dos pontos que podem ser levantados sobre as diferenças e semelhanças das práticas de formação continuada de professores internacionalmente. Embora haja esse impulso geral para aprimorar a formação de professores em todo o mundo, as estratégias adotadas para atingir esse objetivo variam muito devido a razões que dependem da própria natureza do país em questão.

A política educacional, portanto, é um reflexo dessas forças que operam nas realidades políticas, sociais e econômicas do país, por exemplo, nos países desenvolvidos, o foco pode estar na tecnologia e na inovação com relação ao investimento na formação de professores, enquanto os países menos desenvolvidos, os recursos são canalizados para infraestrutura física e treinamento viável de professores.

Nóvoa (2024), aponta que tanto a globalização quanto as demandas do mercado de trabalho estão pressionando os sistemas educacionais a reformularem tanto seus currículos quanto suas práticas pedagógicas, sendo assim, a formação continuada emerge neste cenário com uma necessidade essencial, tendo como foco capacitar os professores para lidar com a complexidade do ensino no século XXI.

Atualmente, os professores necessitam estar em constante formação, além de estarem preparados para adotar metodologias inovadoras, pois as tecnologias, a diversidade cultural e as novas formas de aprendizagem fazem esta exigência incessante. Porém, a real implementação das formações continuadas enfrenta desafios, tais como falta de tempo dos professores para dedicar-se a estudos e capacitações, a insuficiência de recursos financeiros e a desconexão entre os programas de formação e as reais necessidades das escolas.

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005/2014) reforçam a importância da formação continuada como um eixo central para a valorização dos professores e a melhoria da qualidade da educação. O PNE, em particular, estabelece metas ambiciosas, como a garantia de formação específica de nível superior para todos os professores da educação básica e a formação de 50% dos docentes em nível de pós-graduação até 2024. No entanto, a concretização dessas metas depende de um esforço coletivo que envolva governos, instituições de ensino e a sociedade civil, além de um investimento significativo em políticas públicas que priorizem a formação docente como um pilar estratégico para o desenvolvimento nacional.

Em nosso país, a formação continuada de professores enfrenta também o desafio em integrar a teoria e a prática docente de forma efetiva, é necessário que ambas andem de mão dadas e a teoria não esteja distante das salas de aula. A superação desse problema exige uma maior articulação entre as instituições formadoras e as escolas, com a promoção de estágios supervisionados, mentorias e outras práticas que permitam aos professores vivenciar e refletir sobre sua prática pedagógica de forma crítica e contextualizada.

Outro ponto relevante é o uso das tecnologias na formação dos professores. Com a pandemia de COVID-19, este processo foi acelerado, deixando evidente a necessidade de preparação dos professores para o uso pedagógico destas tecnologias.

Por fim, a valorização da profissão docente passa não apenas pela melhoria das condições de trabalho e remuneração, mas também pelo reconhecimento social do papel fundamental que os professores desempenham na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A formação de professores, portanto, deve ser entendida como um processo contínuo e multidimensional, que envolve não apenas a aquisição de conhecimentos e habilidades, mas também o desenvolvimento de uma identidade profissional comprometida com a transformação social.

Em síntese, a formação de professores no Brasil e no mundo enfrenta desafios complexos, mas também apresenta oportunidades significativas para a inovação e o aprimoramento das práticas educativas.

A superação desses desafios exige um compromisso coletivo com a valorização dos docentes e a construção de políticas públicas que garantam uma formação inicial e continuada de qualidade, alinhada às demandas do século XXI e às necessidades reais das escolas e dos sistemas de ensino.

## LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada de professores, tema central nas políticas educacionais brasileiras, é normatizada por uma série de legislações e diretrizes, que visam garantir o desenvolvimento profissional dos docentes e a melhoria da qualidade da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 67, que a formação continuada deve ser parte integrante da jornada de trabalho dos professores, garantindo o aperfeiçoamento profissional e a valorização da carreira docente. A LDB prevê, entre outros aspectos, o licenciamento periódico remunerado para formação e a inclusão de períodos reservados para estudos, planejamento e avaliação na carga horária dos professores.

O Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005/2014) reforça essa diretriz, propondo metas específicas para a formação de professores. Entre elas, destacam-se a garantia de formação específica de nível superior para todos os professores da educação básica e a oferta de cursos de pós-graduação para 50% dos docentes até 2024. O PNE também enfatiza a importância da formação continuada em serviço, considerando as necessidades e demandas dos sistemas de ensino, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica no país.

Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP), a formação continuada foi consolidada como uma política de governo por meio do Estatuto do Magistério Municipal (Lei nº 11.229/1992), que instituiu a Jornada de Tempo Integral (JTI). Essa jornada, composta por 150 horas mensais, incluía 50 horas adicionais destinadas a atividades extraclasse, como trabalho coletivo, preparação de aulas, pesquisas e formação permanente.

O Estatuto também estabeleceu que 80% dessas horas adicionais deveriam ser dedicadas a atividades coletivas na escola, enquanto 20% poderiam ser utilizadas para aprimoramento funcional em local de livre escolha do docente.

Posteriormente, a Jornada Especial de Formação Integral (JEIF), instituída em 2007, reorganizou a carga horária dos professores, reservando horas para planejamento, coordenação e avaliação pedagógica, além de atividades formativas coletivas.

A JEIF foi concebida como um mecanismo para impulsionar a formação em serviço dos professores, integrando a formação continuada ao cotidiano escolar. No entanto, sua implementação tem enfrentado desafios, como a descontinuidade das ações formativas entre diferentes gestões e a falta de recursos adequados para garantir a participação de todos os docentes.

A Instrução Normativa nº 54/2021, emitida pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atualizou as diretrizes da JEIF, determinando que os professores cumpram 25 horas-aula de regência e 15 horas adicionais, das quais 8 horas devem ser dedicadas a atividades coletivas, incluindo 4 horas para formação docente por meio do Projeto Especial de Ação (PEA). O PEA, que tem como foco a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), é desenvolvido em horários coletivos e visa promover a reflexão sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento dos alunos.

No entanto, críticos como Assali (2014) argumentam que a JEIF e o PEA distanciam-se da concepção de formação docente crítica. Citam, como exemplo, a concepção idealizada por Paulo Freire, que defendia uma formação contínua, crítica e reflexiva, centrada na prática pedagógica e no diálogo. Segundo Assali, a formação oferecida pela JEIF é superficial e não proporciona espaços coletivos e contínuos para que os professores repensem sua prática de forma crítica. Essa crítica evidencia a tensão entre as políticas públicas de formação continuada e as necessidades reais dos professores, que muitas vezes enfrentam dificuldades para conciliar a formação com as demandas do cotidiano escolar.

Além disso, a descontinuidade das políticas públicas entre diferentes gestões municipais tem sido um obstáculo para a consolidação de uma formação continuada efetiva. Cada gestão tende a implementar novos programas e diretrizes, muitas vezes sem dar continuidade às ações anteriores. Por exemplo, durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), foi instituído o Projeto Especial de Ação (PEA) como uma política de formação de professores, enquanto na gestão de José Serra e Gilberto Kassab (2005-2012), o foco foi o programa “Ler e Escrever”, que priorizou o desenvolvimento das competências leitoras dos estudantes. Já na gestão de Fernando Haddad (2013-2016), foi lançado o programa “Mais Educação São Paulo”, que buscou reorganizar o currículo e fortalecer a gestão democrática.

De acordo com Crecci (2016), a formação de professores é um processo constante e regular de desenvolvimento, sendo essencial para o profissionalismo docente, em outras palavras, a autora defende que a formação continuada seja vista como um evento que aconteça ao longo da carreira docente, tendo o apoio do sistema escolar e uma cultura que valorize a formação destes professores.

Para isso, é necessário que as políticas públicas garantam recursos adequados, tempo dedicado à formação e espaços coletivos de reflexão sobre a prática pedagógica.



Em síntese, a legislação e as políticas públicas para a formação continuada de professores no Brasil e na RMESP avançaram ao reconhecer a importância da formação permanente para a valorização da carreira docente e a melhoria da qualidade da educação. No entanto, a efetiva implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, como a descontinuidade entre gestões, a falta de recursos e a necessidade de uma formação mais crítica e reflexiva, alinhada às demandas reais dos professores e das escolas. A superação desses desafios exige um compromisso coletivo com a valorização dos docentes e a construção de políticas públicas que garantam uma formação continuada de qualidade, integrada ao cotidiano escolar e voltada para a transformação da prática pedagógica.

### A IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DA CIDADE E A FORMAÇÃO CONTINUADA

A implementação do Currículo da Cidade na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP), iniciada em 2017, representou um marco significativo na política educacional do município. Elaborado de forma colaborativa, o currículo envolveu a participação de professores, gestores, técnicos das Diretorias Regionais de Educação (DREs) e até mesmo alunos, em um processo que buscou refletir as necessidades e identidades da rede municipal. A construção do documento seguiu cinco etapas principais: a formação de uma equipe de planejamento inicial, a criação de grupos de trabalho para desenvolver o conteúdo curricular, a realização de pesquisas com estudantes e professores, a consulta à rede escolar e, finalmente, a revisão crítica e conclusão do documento. Esse processo foi marcado por um seminário municipal que reuniu diretores, coordenadores pedagógicos e professores de referência, consolidando a proposta de um currículo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às demandas locais.

O Currículo da Cidade é um programa educacional estruturado para organizar e orientar o ensino na RMESP de forma contextualizada e integrada, com foco em oferecer uma educação de qualidade que dialogue com a realidade social, cultural e econômica da cidade de São Paulo. Seus principais objetivos são garantir a equidade no acesso ao conhecimento, promover a interdisciplinaridade, valorizar a diversidade dos estudantes e fortalecer competências essenciais para o século XXI, como o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração.

Para apoiar a implementação desse currículo, foi criado o “Projeto Formação da Cidade”, que consiste em um conjunto sistematizado de ações formativas destinadas a capacitar e apoiar os professores na aplicação dos novos conteúdos e metodologias propostas. Esse projeto busca promover a reflexão crítica, a troca de experiências e o desenvolvimento contínuo das práticas pedagógicas, garantindo que o currículo deixe de ser apenas um documento formal e se transforme em uma ferramenta efetiva para o processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada dos professores foi um eixo central na implementação do Currículo da Cidade. Desde o início, a Secretaria Municipal de Educação (SME) promoveu ações formativas voltadas para capacitar os docentes na aplicação do novo currículo. Em 2018, foi realizado o primeiro ciclo de formação, que abordou temas como a Matriz de Aprendizagem, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as competências gerais da BNCC. Os professores foram convidados a refletir sobre a organização do currículo por Eixos Estruturantes, Objetos do Conhecimento e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, além de elaborar sequências de atividades que pudessem servir de inspiração para seus colegas. Essas ações formativas foram conduzidas por professores-parceiros, que atuaram como mediadores entre o currículo e os demais docentes, seguindo a lógica colaborativa adotada na elaboração do documento.



No entanto, a implementação do Currículo da Cidade enfrentou resistências e desafios significativos. Um dos principais obstáculos foi a descontinuidade das políticas públicas entre gestões, que impactou a consistência das ações formativas. Além disso, a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, agravou essas dificuldades, levando à suspensão das formações presenciais e à adoção de modalidades online. A SME ampliou o número de vagas para as formações virtuais, mas a falta de um sistema eficaz de compartilhamento de conhecimento limitou o impacto dessas iniciativas. Oddone (2023) ressalta que muitos professores que participaram de formações externas não tiveram a oportunidade de compartilhar o conhecimento adquirido com seus colegas, resultando em uma perda significativa de experiências e práticas que poderiam ter beneficiado toda a rede.

Outro desafio foi a fragmentação das ações formativas. Embora o Projeto Formação da Cidade, instituído em 2022, tenha buscado consolidar a formação continuada dos professores, ele apresentou limitações em sua abrangência. A participação nas formações estava condicionada à adesão à Jornada Especial de Formação Integral (JEIF), que não é acessível a todos os docentes. Professores com jornadas incompletas ou contratados por tempo determinado ficaram excluídos desse processo, o que gerou uma inconsistência no programa. Além disso, a formação foi organizada em grupos segmentados por áreas de conhecimento, o que dificultou a integração multidisciplinar e a troca de experiências entre professores de diferentes disciplinas.

A falta de tempo para reflexão e aprofundamento também foi um problema recorrente. Silva (2024) aponta que os momentos de formação, embora bem-intencionados, não ofereciam tempo suficiente para debates e reflexões críticas sobre as práticas pedagógicas. A leitura de textos e a realização de atividades propostas não foram suficientes para garantir uma compreensão profunda dos conteúdos, especialmente considerando a complexidade do Currículo da Cidade e suas demandas. A ausência de um diálogo mais amplo e colaborativo entre os educadores limitou a capacidade de transformação das práticas pedagógicas.

Apesar desses desafios, o Currículo da Cidade trouxe avanços significativos. A proposta de um currículo organizado em Ciclos de Alfabetização, interdisciplinar e Autoral, com foco em Eixos Estruturantes e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, representou uma mudança importante na forma de pensar o ensino e a aprendizagem na RMESP. Além disso, o Projeto Formação da Cidade buscou fortalecer a formação continuada, integrando-a ao horário coletivo dos professores e promovendo a reflexão sobre as práticas pedagógicas. No entanto, para que essas iniciativas alcancem seu potencial máximo, é necessário superar as limitações identificadas, como a exclusão de professores sem JEIF, a fragmentação das ações formativas e a falta de tempo para reflexão crítica.

Resumindo, a implementação do currículo da Cidade e a formação continuada de professores na RMESP simbolizam um importante esforço para alinhar as práticas pedagógicas às demandas do século XXI, porém, para que estas políticas sejam efetivas é necessário superar os desafios estruturais, tais como a descontinuidade entre as gestões, a falta de recursos e a necessidade de uma formação inclusiva e reflexiva.

## O PROJETO FORMAÇÃO DA CIDADE: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

O Projeto Formação da Cidade é uma iniciativa da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) que se conecta diretamente ao Currículo da Cidade, implementado em 2017. Enquanto o Currículo da Cidade estrutura o conjunto de conteúdos, competências e metodologias que devem orientar o ensino nas escolas municipais, o Projeto Formação da Cidade atua como um suporte fundamental para a formação continuada dos professores, promovendo capacitação, reflexão e qualificação das práticas pedagógicas para a efetiva

aplicação desse currículo. Dessa forma, o projeto busca consolidar os princípios do currículo, articulando teoria e prática, e contribuindo para a construção de uma educação contextualizada às demandas e realidades locais.

Essa iniciativa está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores, que ressaltam a necessidade de formação permanente, colaborativa e reflexiva, elementos essenciais para a transformação das práticas docentes (Pimenta, 2010; Libâneo, 2013; Tardif, 2002). A formação continuada, entendida como um processo coletivo e dialógico, favorece a construção de saberes que vão além da mera transmissão de conteúdos, estimulando a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades reais dos estudantes e da comunidade escola

Em 2022, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) instituiu o Projeto Formação da Cidade, uma iniciativa alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores (BNCFormação Continuada) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O projeto foi concebido com o objetivo de fortalecer a formação docente, qualificar as práticas pedagógicas e consolidar os princípios do Currículo da Cidade, implementado em 2017. No entanto, apesar de seus avanços, a implementação do projeto tem sido marcada por uma série de limitações que comprometem seu potencial de transformação.

Um dos principais desafios do Projeto Formação da Cidade é a seletividade em sua aplicação. A participação nas formações está condicionada à adesão à Jornada Especial de Formação Integral (JEIF), que não é acessível a todos os docentes. Professores com jornadas básicas, contratados por tempo determinado ou que não possuem carga horária completa ficam excluídos desse processo. Essa exclusão gera uma inconsistência no programa, já que a formação continuada é essencial para todos os professores, independentemente de sua forma de contratação ou jornada de trabalho. A Instrução Normativa SME nº 12/2022, que regulamenta o projeto, estabelece que os professores que não fazem parte da JEIF podem participar apenas mediante a Jornada Especial de Trabalho Excedente (TEX), o que exige uma série de condições burocráticas, como a convocação pelo diretor da escola e a autorização do supervisor escolar. Essa complexidade dificulta a inclusão de muitos docentes, limitando o alcance das ações formativas.

Mais uma fragilidade encontrada no Projeto Formação da Cidade é como o trabalho pedagógico é organizado, nele, os professores são divididos por área de conhecimento, mesmo esta segmentação facilitando o aprofundamento dos temas específicos, ela dificulta a integração multidisciplinar e a troca de experiências entre professores de diferentes disciplinas.

Para realmente ser efetiva, é necessário que a formação continuada promova espaços de diálogos e colaboração entre os professores, de modo que possam compartilhar as práticas e as reflexões enriquecendo assim o trabalho pedagógico como um todo.

A fragmentação das ações formativas, no entanto, acaba por reforçar barreiras entre as áreas de conhecimento, em vez de promover a interdisciplinaridade.

Além disso, a falta de tempo adequado para reflexão e debate durante as formações tem sido um problema recorrente. Silva (2024) evidencia que, no início do ano letivo de 2018, os coordenadores pedagógicos foram orientados a realizar estudos sobre o currículo nas escolas, mas a abordagem sugerida não ofereceu tempo suficiente para discussões profundas. A leitura de textos, a realização de atividades propostas e a participação em encontros virtuais não foram suficientes para garantir uma compreensão efetiva dos conteúdos abordados. A formação continuada, para ser transformadora, precisa incluir momentos de reflexão crítica e diálogo

colaborativo, nos quais os professores possam questionar, debater e adaptar as práticas pedagógicas às necessidades reais de seus alunos. A ausência desses espaços de reflexão limita o impacto das formações e dificulta a aplicação dos conhecimentos adquiridos no cotidiano escolar.

Outro ponto crítico é a falta de um sistema eficaz de compartilhamento de conhecimento. Oddone (2023) ressalta que muitos professores que participam de formações externas não têm a oportunidade de compartilhar o que aprenderam com seus colegas. Isso ocorre tanto pela falta de tempo e estrutura nas escolas quanto pela alta rotatividade de docentes, que muitas vezes mudam de unidade escolar ao final do ano letivo. Como consequência, o conhecimento adquirido nas formações não é disseminado, gerando um vácuo na educação continuada e limitando o potencial de melhoria das práticas pedagógicas.

Mesmo com estas limitações e dificuldades, podemos inferir que o Projeto Formação da Cidade trouxe avanços, com uma proposta de integrar a formação continuada ao horário coletivo dos professores, por meio da JEIF, representando um esforço em valorizar o tempo dedicado ao desenvolvimento profissional, no mais, o projeto tem por objetivo alinhar a prática pedagógica ao Currículo da Cidade, promovendo assim a reflexão sobre os Eixos Estruturantes, Objetos do Conhecimento e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento.

Esses elementos são fundamentais para garantir que o ensino esteja alinhado às demandas contemporâneas e às necessidades dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a implementação do Currículo da Cidade e do Projeto Formação da Cidade na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP), enfocando a formação continuada dos professores enquanto elemento central para a efetivação dessas políticas educacionais. A partir da análise, constatou-se que tanto o currículo quanto o projeto de formação apresentaram avanços significativos no sentido de atualizar e qualificar as práticas pedagógicas, alinhando-as às demandas do século XXI.

Porém, os resultados também evidenciam importantes desafios e limites a serem superados. A descontinuidade das políticas públicas entre gestões, a fragmentação das ações formativas e a exclusão de parte do corpo docente — especialmente aqueles que não integram a Jornada Especial de Formação Integral (JEIF) — comprometem a efetividade e a abrangência dessas iniciativas. Essa exclusão limita o potencial de transformação pedagógica, uma vez que a formação continuada, segundo autores como Pimenta (2010), Libâneo (2013) e Tardif (2002), deve ser contínua, inclusiva e coletiva, promovendo a troca de saberes e a reflexão crítica.

Os projetos também apresentam desafios na organização das formações, que, ao segmentar os professores por áreas de conhecimento, dificultam a interdisciplinaridade e a construção de espaços colaborativos. Além disso, a ausência de tempo adequado para debates e reflexões profundas limita a apropriação crítica dos conteúdos, reduzindo o impacto das formações no cotidiano escolar.

Apesar dessas limitações, o Currículo da Cidade e o Projeto Formação da Cidade oferecem possibilidades reais de inovação, ao propor um currículo contextualizado e um modelo formativo integrado ao horário coletivo dos professores, valorizando seu tempo e promovendo a articulação entre teoria e prática pedagógica. Essas iniciativas apontam para uma cultura escolar que pode se tornar mais inclusiva, democrática e reflexiva, desde que as condições estruturais sejam aprimoradas.

Em diálogo com a literatura sobre formação continuada, fica claro que para alcançar esses objetivos é fundamental que as políticas educacionais garantam continuidade, equidade e condições que favoreçam a participação efetiva de todos os professores. A formação deve ser pensada não apenas como um momento pontual, mas como um processo permanente, que incentive o desenvolvimento profissional e pessoal, contribuindo para a transformação da escola e da sociedade.

Portanto, a consolidação de uma formação continuada eficaz na RMESP depende do enfrentamento das barreiras estruturais identificadas, bem como do compromisso das gestões em assegurar políticas públicas consistentes, inclusivas e que promovam a valorização docente. Só assim será possível construir uma educação de qualidade, capaz de preparar os estudantes para os desafios do presente e do futuro, promovendo o desenvolvimento integral e a transformação social.

## REFERÊNCIAS

Aparecido, Paulo Henrique. **A implantação do “Currículo da Cidade” na visão do docente**: impressões e dificuldades iniciais. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de São Paulo, Campus Diadema, Diadema, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10483366](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10483366). Acesso em: 13 jan. 2023.

Assali, Sandra Aparecida Santana. **As condições concretas da Jornada Especial de formação**: um estudo no movimento de formação continuada de professores. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-22092015-192721/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Beltran, Ana Carolina de Viveiros. **Projetos Especiais de Ação**: um estudo sobre a formação em serviço de professores do município de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05022013-110554/en.php>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Cunha, Isabela Bilecki da. **O currículo escolar e as reformas na rede pública municipal de São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102015-142950/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Crecci, Vanessa Moreira. **Desenvolvimento profissional de educadores matemáticos participantes de uma comunidade fronteiriça entre escola e universidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=458724&tipoMidia=0>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Figueiredo, Tayná M. S. **Formação continuada de professores**: a JEIF na construção das territorialidades docentes na escola pública do município de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/fb2ca8aa-2e91-4f0b-ba65-31bb911ddab8>. Acesso em: 22 set. 2024.

Goergen, Pedro. Educação e desenvolvimento: a relação entre educação e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Educação**, 1998, p. 5-22. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

Nóvoa, António. Formação de professores: uma terceira revolução? **Educação, Sociedade & Culturas**, 2024, p. 1-14. Disponível em: <https://www.up.pt/journals/index.php/esc-ciie/article/view/777>. Acesso em: 2 nov. 2024.

Nunes, Cely do Socorro Costa. **Os sentidos da formação contínua de professores**: o mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589471>. Acesso em: 24 fev. 2023.

Oddone, Andrea Laranjeira. **A formação permanente de professores de Geografia no contexto da implementação do currículo da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39327>. Acesso em: 5 ago. 2023.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1999.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade**: Ensino Fundamental. São Paulo: SME/COPED, 2019a. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/palavra/curriculo-da-cidade/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria**: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar. São Paulo: SME/DOT, 2016. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/32262.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME n. 12 de 24 de fevereiro de 2022a. **Institui no âmbito da Secretaria Municipal de Educação o Projeto Formação da Cidade, destinado aos docentes e coordenadores pedagógicos das unidades educacionais diretas, indiretas e parceiras da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-12-de-24-de-fevereiro-de-2022/detalhe>. Acesso em: 13 jan. 2024.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Didáticas do Currículo da Cidade**: Coordenação Pedagógica. 2 ed. São Paulo: SME/COPED, 2019b. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/orientacoes-didaticas-do-curriculo-da-cidade-coordenacao-pedagogica>. Acesso em: 21 out. 2023.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Programa Mais Educação São Paulo**: diálogos interdisciplinares a caminho da autoria - elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar. São Paulo: SME/DOT, 2015. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Dialogos-interdisciplinares-a-caminho-da-autoria-2>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SCHÖN, Donald A. **The reflective practitioner**: How professionals think in action. Routledge, 2017.

Silva, Gicelia Santos. **Políticas de formação continuada de professores da rede municipal de ensino de São Paulo: o projeto Formação da Cidade - continuidades e descontinuidades no contexto de implementação do Currículo da Cidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UNINOVE), Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, São Paulo, 2024. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3367>. Acesso em: 27 jan. 2023.